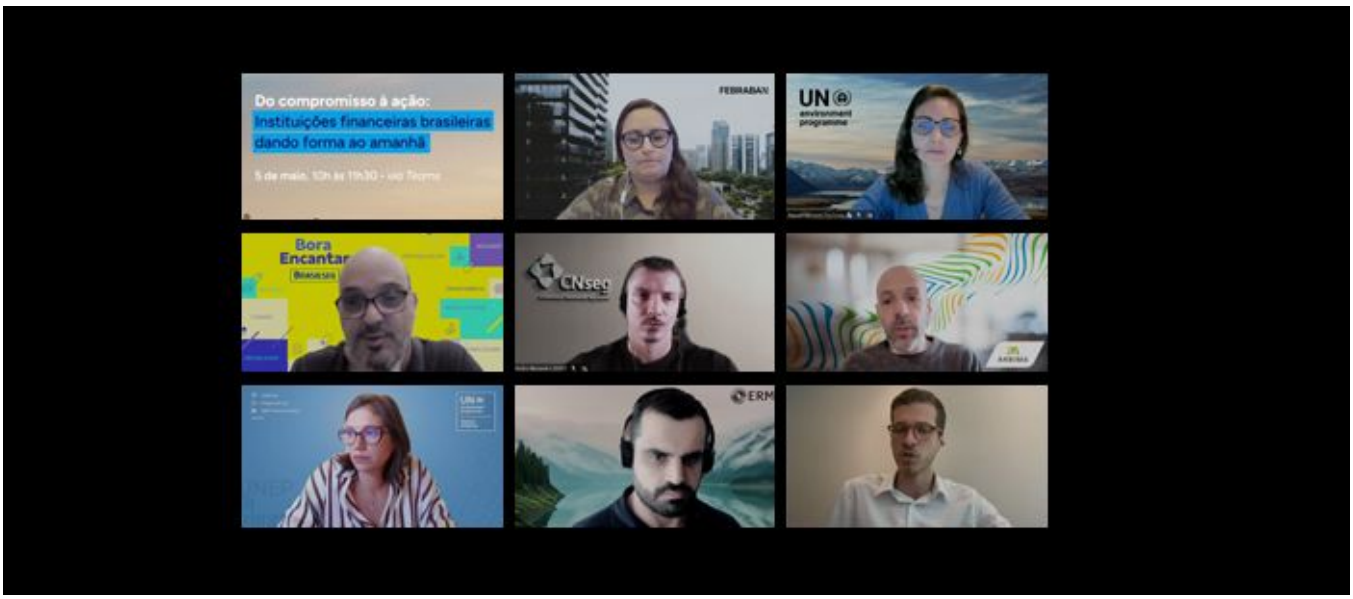
O setor financeiro brasileiro iniciou 2026 com o desafio de transformar anos de compromissos públicos, marcos regulatórios e promessas climáticas em resultados concretos



Esse movimento pautou o webinar “Do compromisso à ação: Instituições financeiras brasileiras que moldam o amanhã”, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), em parceria com a *Environmental Resources Management* (ERM), a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep Fi, na sigla em inglês), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID Invest), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em 5 de maio.

Brasil pode liderar a próxima etapa das finanças sustentáveis

Ao longo do debate, representantes das principais entidades do setor defenderam que o Brasil reúne condições únicas para liderar a agenda global de finanças sustentáveis, não apenas por sua relevância climática e ambiental, mas pela capacidade de articulação entre instituições financeiras, reguladores e formuladores de políticas públicas.

Na abertura do encontro, Paula Peirão, coordenadora regional para América Latina e Caribe da UNEP FI, destacou o papel estratégico da região na agenda climática global e reforçou o protagonismo brasileiro na construção de soluções financeiras alinhadas à biodiversidade, ao clima e à transição justa. “O setor financeiro brasileiro tem uma grande oportunidade de ser o protagonista dessa transição”, afirmou.

Três pilares para transformar ambição em execução

Na sequência, Fred Seifert, sócio e líder de Finanças Sustentáveis da ERM para o Brasil, apresentou os principais achados do relatório que serviu de base para boa parte das discussões do webinar.

O documento consolida os principais consensos, gargalos e prioridades identificados por representantes do setor financeiro brasileiro ao longo de 2025, organizando a agenda de finanças sustentáveis no Brasil em três eixos centrais: preparar, implementar e engajar.

Fred também chamou atenção para o caráter pragmático do documento. Segundo ele, o relatório busca apontar caminhos concretos para superar os principais desafios enfrentados pelas instituições financeiras, com especial atenção à implementação da Taxonomia Sustentável

Brasileira, à integração entre clima e biodiversidade, ao fortalecimento de instrumentos de mercado e à criação de incentivos que tornem a sustentabilidade uma variável efetiva na tomada de decisão financeira.

A mediação do primeiro painel coube a Raquel Marques da Costa, especialista da UNEP FI, que conduziu o debate entre Febraban, ANBIMA e CNseg com foco nas frentes prioritárias para 2026. Para ela, o desafio agora é mobilizar recursos e conhecimento para acelerar a implementação.

CNseg: seguro ganha protagonismo na transição climática

O gerente de Sustentabilidade da CNseg, Pedro Werneck, foi enfático ao defender que o setor segurador deixou de ocupar uma posição periférica no debate climático para assumir um papel estrutural na viabilização da transição. Em sua avaliação, o seguro já não deve ser visto apenas como instrumento de proteção contra perdas, mas como um mecanismo essencial para destravar investimentos, reduzir riscos percebidos e tornar projetos sustentáveis financeiramente viáveis.

Werneck destacou que a CNseg vem estruturando uma agenda robusta para consolidar essa nova função do seguro. Entre as prioridades estão o desenvolvimento de uma taxonomia sustentável específica para o setor segurador, alinhada à taxonomia brasileira; a ampliação do uso de inteligência climática na subscrição e precificação de riscos; e a inserção do seguro como instrumento-chave da política nacional de adaptação climática. Para ele, o seguro pode ser decisivo não apenas na resposta a desastres, mas também na organização preventiva da resiliência econômica e social. “O seguro não elimina o risco, ele vai organizar uma resposta. O que elimina o risco de fato é a prevenção”, afirmou.

Pedro também chamou atenção para a baixa penetração do seguro climático no país e para o custo social dessa lacuna. Segundo ele, apenas 9% das perdas econômicas causadas por eventos climáticos nos últimos quatro anos foram cobertas por apólices. “O que é preciso hoje é inverter essa lógica”, alertou, ao defender o uso do seguro como ferramenta de proteção social, resiliência fiscal e adaptação para populações vulneráveis e ativos públicos.

Febraban: sustentabilidade chega ao centro das decisões de negócio

Representando a Febraban, Cíntia Oller Cespedes afirmou que o desafio atual é integrar a sustentabilidade ao centro das decisões de negócio.

Ela destacou que 2026 será decisivo para a operacionalização de instrumentos como a Taxonomia Sustentável Brasileira, a consolidação de métricas comparáveis e o uso mais efetivo de dados para orientar crédito, investimento e gestão de risco. “Agora o diferencial vai estar na capacidade nossa de execução e na velocidade com que a gente consegue transformar todo esse conhecimento dos últimos anos em prática”, disse.

ANBIMA: mercado precisa de estrutura, escala e previsibilidade

Pela ANBIMA, o Liderança em Sustentabilidade/ESG & Inovação, Luiz Eduardo Botelho Pires, chamou atenção para a necessidade de criar estruturas que permitam ao mercado operar com maior previsibilidade e segurança, especialmente em temas como mercado de carbono, *blended finance* e taxonomia.

Luiz ressaltou ainda o papel das entidades setoriais na construção de consensos técnicos e na disseminação de conhecimento para o mercado. Para ele, a combinação entre capacitação, regulação e coordenação institucional será determinante para ampliar escala e acelerar resultados.

Casos práticos mostram como a agenda ganha escala

Na segunda parte do webinar, o foco se voltou à aplicação prática da agenda. Cláudio dos Anjos, especialista em sustentabilidade da Régia Capital, apresentou a experiência da gestora na

estruturação de soluções de capital para bioeconomia, restauração e agricultura sustentável. Segundo ele, o avanço da agenda depende de instrumentos financeiros desenhados sob medida para as características dos projetos. “Não existem soluções de prateleira para esse desafio”, afirmou.

Brasilseg aposta em dados e hiperpersonalização no agro

Encerrando o painel de casos práticos, Fernando de Campos Cunha, gerente de Subscrição de Seguros Rurais da Brasilseg, apresentou mostrou como a seguradora vem incorporando variáveis como solo, produtividade, irrigação e agricultura regenerativa em modelos de “hiperpersonalização” para seguros rurais, buscando tornar a precificação mais aderente à realidade climática e produtiva do campo. Para ele, a limitação de dados meteorológicos ainda é um dos principais gargalos do país.

Cooperação e execução definirão o ritmo da transição

No encerramento, Paula Peirão reforçou que o setor financeiro brasileiro já dispõe dos instrumentos, alianças e capacidades necessários para liderar essa transformação climática, desde que consiga manter coordenação e ritmo de execução. “Juntos conseguiremos trabalhar nesse avanço que é um avanço contínuo e mostrar realmente todas as oportunidades que o Brasil tem de ser um grande protagonista nessa agenda de transição”, concluiu.

Fonte: CNseg, em 06.05.2026